

Preço da cesta básica cai em 16 de 17 capitais pesquisadas pelo Dieese

O preço da cesta básica de alimentos caiu em 16 capitais no mês de agosto, em comparação a julho. As maiores quedas ocorreram em Natal (5,2%), Salvador (3,3%), Fortaleza (2,8%), João Pessoa (2,7%) e São Paulo (2,7%). A única elevação ocorreu em Brasília, de 0,3%. Os dados, divulgados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que pesquisa mensalmente o preço da cesta de alimentos em 17 capitais.

A cidade de Porto Alegre foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo, R\$ 760,59, seguida de São Paulo, R\$ 748,47; Florianópolis R\$ 743,94, e Rio de Janeiro, R\$ 722,78. Os menores valores foram registrados em Aracaju, R\$ 542,67; João Pessoa, R\$ 565,07; e Salvador, R\$

575,81.

Comparado ao preço da cesta básica de agosto com o do mesmo mês de 2022, houve queda em nove capitais, com variações que oscilaram entre 5,24%, em Vitória, e 0,08%, em Curitiba. A elevação nos preços foram apresentados em oito cidades, com destaque para Fortaleza, com 2,50%; Porto Alegre, 1,67%, e Belo Horizonte, com 1,23%.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais, com destaque para Vitória, com queda de 9,32%; Goiânia, 8,96%; Belo Horizonte, queda de 7,22%, e Campo Grande, 7,06%. Os maiores percentuais foram registrados em Aracaju, com alta de 4,15%, e Recife, 2,77%.

Com base na cesta mais cara que, em agosto, foi a de Porto Alegre, e levando em

consideração a determinação constitucional de que o salário mínimo deveria ser suficiente para suprir as despesas da família de um trabalhador com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima que o valor do salário mínimo necessário, no oitavo mês do ano, deveria ter sido R\$ 6.389,72 ou 4,84 vezes o mínimo de R\$ 1.320 em vigor.

Produtos

O preço do leite integral e da batata registraram queda em todas as 17 capitais pesquisadas; o do feijão carioca caiu em todos os locais onde é pesquisado - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Belo Horizonte e São Paulo; o do feijão tipo preto diminuiu em três das cinco capitais onde é pesquisado; e o da carne bovina de primeira e do tomate caíram em 14 das 17 capitais pesquisadas.

Bruno B./ABR



Economia



Vendas de veículos novos nacionais ficaram estáveis em agosto

Página - 03

Governo reserva R\$ 13,7 bi para Minha Casa, Minha Vida em 2024, alta de 41%

Página - 03



Alertas de desmatamento na Amazônia caem 66% em agosto

Pág - 05

Temperatura média anual em terras indígenas pode ser até 5 °C menor do que no entorno, diz instituto

Pág - 05



Dino usa parecer de Bolsonaro para manter sigilo de relatórios de inteligência

Página - 04

Lira diz que sigilo de votos do STF, como propôs Lula, ofuscaria princípio da transparência

Página - 04

No Mundo

Romênia agora diz que foi atingida por destroços de drone russo



Após dois dias de negativas, o Ministério da Defesa da Romênia confirmou nesta quarta (4) que seu território foi atingido por partes de um drone de ataque russo empregado no bombardeio do porto ucraniano de Izmail, a poucas centenas de metros de sua fronteira.

“Eu confirmo que partes do que parecem ser elementos do drone foram encontradas”, afirmou Tilvar à rede Antena 3 CNN. Ele afirmou também, repetindo o discurso oficial, que em nenhum momento houve ameaças militares a seu país no incidente.

“Se isso for confirmado, seria uma situação inadmissível e uma séria violação da integridade territorial e soberania da Romênia”, afirmou o presidente do país, Klaus Iohannis, que horas antes havia negado ter havido queda de drone russo na margem romena do rio Danúbio.

O episódio ilustra um dos aspectos da invasão russa da Ucrânia: o temor do Ocidente de que o conflito em suas fronteiras escale para uma guerra entre o Kremlin e a Otan, a aliança militar de 31 membros liderada pelos Estados Unidos, criada em 1949 para conter a União Soviética

na Europa.

Pelas regras da Otan, se um de seus integrantes for atacado, todos foram, obrigando uma resposta conjunta. O incidente ocorrido na madrugada da segunda (4) não significa uma ação russa contra um país da aliança, caso da Romênia, mas tudo é uma questão de interpretação.

Quando um míssil de defesa aérea ucraniana caiu na Polônia, matando duas pessoas no fim do ano passado, houve alarme geral porque Varsóvia é um dos mais beligerantes integrantes da Otan.

Igor Gielow/Folhapress

Passageiro tem diarreia durante voo e avião precisa retornar por ‘risco biológico’

Um passageiro teve uma diarreia durante um voo que saía de Atlanta, nos Estados Unidos, com destino a Barcelona, na Espanha. Dessa forma, o trajeto em curso há duas horas teve de ser cancelado no ar, e o avião retornou ao local de origem.

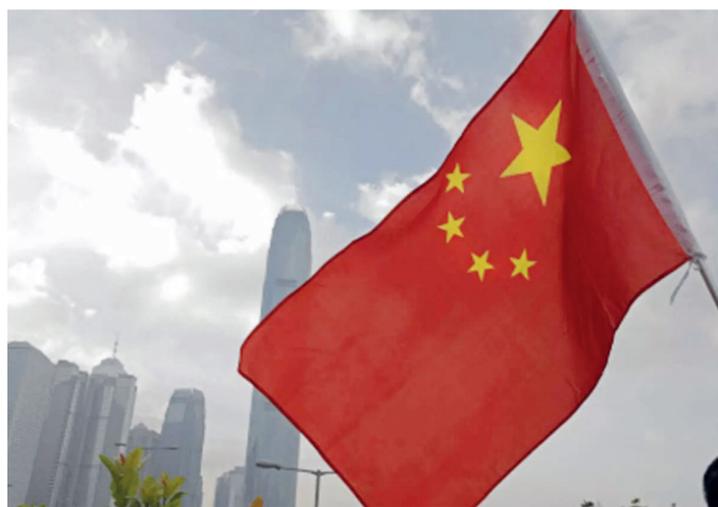
O fato foi divulgado pela imprensa internacional, inclusive a NBC News. Segundo a publicação, um porta-voz da

companhia aérea Delta Air Lines reconheceu o incidente em um comunicado.

“O voo 194 da Delta em 1º de setembro de Atlanta para Barcelona retornou a Atlanta após um problema médico a bordo. Nossas equipes trabalharam da forma mais rápida e segura possível para levar nossos clientes aos seus destinos. Pedimos sinceras desculpas pelo atraso e inconvenientes”, dizia. Folhapress



China diz em cúpula na Ásia que países devem evitar nova Guerra Fria



Em encontro com líderes da Ásia, o premiê da China, Li Qiang, disse nesta quarta-feira (6) que os países da região devem “lidar com as diferenças” e “evitar uma nova Guerra Fria”. A declaração na cúpula da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) soa como uma resposta a acusações de que Pequim vem adotando uma postura expansionista.

“Podem surgir divergências entre países devido a mal-entendidos, interesses distintos ou interferências externas”, disse Li no segundo dia do evento em Jacarta, na Indonésia. “Para manter estas disputas sob controle, é essencial não tomar partido, opor-se à confusão entre blo-

cos e evitar uma nova Guerra Fria”.

O premiê chinês voltou a defender o fortalecimento de laços regionais, numa aparente tentativa de conter a crise diplomática com países vizinhos que escalou nos últimos dias. A China vem sendo alvo de protestos após divulgar, no último dia 28, uma nova versão de seu mapa com traçado mais amplo das fronteiras nacionais, em conflito com as reivindicações territoriais de diversos países da Asean.

O mapa é objeto de discussão na cúpula. O governo filipino, apoiado militarmente pelos EUA e em antagonismo crescente com a China, disse que iria propor um comunicado conjunto contra Pequim.

No documento, Pequim

incorpora regiões contestadas, incluindo o mar do Sul da China, área pelo qual transitam trilhões de dólares em mercadorias todos os anos. As nações vizinhas alegam que o regime chinês não respeita o entendimento estabelecido em 2016 por um tribunal em Haia, segundo o qual a China não tem base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre a maior parte território.

Ao longo da cúpula, os líderes da Asean também buscam reafirmar a independência do bloco em reação à influência crescente da China, que nos últimos anos passou a ter maior assertividade sob a administração do líder Xi Jinping. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Vendas de veículos novos nacionais ficaram estáveis em agosto



As vendas de veículos automotores novos nacionais (carros de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus) ficaram estáveis no mês de agosto. Foram comercializadas 207,7 mil unidades, 0,4% abaixo do registrado em agosto de 2022. Em comparação ao mês anterior, as vendas de agosto foram 7,9% menores.

Já no acumulado do ano de 2023, de janeiro a agosto, quando foram vendidas 1,43 milhão de unidades, foi registrada alta de 9,4% em comparação ao mesmo período do ano passado. Os dados, divulgados hoje (5), são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O país produziu 227 mil veículos em agosto de 2023, resultado 24% superior ao do mês anterior, mas 4,6% inferior ao registrado em agosto do ano passado. De janeiro a agosto de 2023 foram produzidos 1,54 milhão de veículos, 0,4% abaixo da produção no mesmo período de 2022.

As exportações tiveram queda de 26,2% na comparação de agosto de 2023 com o mesmo mês de 2022. No acumulado do ano, de janeiro a agosto de 2023, também houve queda nas vendas ao exterior, de 12,8%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Carros de passeio

Em agosto de 2023, foram vendidos 153,5 mil carros de passeio novos na-

cionais, 13,2% abaixo do registrado em julho, e 0,8% a menos do que foi comercializado no mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano (janeiro a agosto de 2023), foram vendidos 1,06 milhão de carros de passeios, 9,3% acima do registrado no mesmo período de 2022.

A produção, que totalizou 174,6 mil unidades, foi 23% superior a registrada em julho, e 3,5% inferior a de agosto de 2022. No acumulado do ano, de janeiro a agosto de 2023, quando foram produzidos 1,18 milhão de carros de passeio nacionais, houve elevação de 0,2% em comparação à produção do mesmo período do ano passado.

Bruno Bocchini/ABR

Governo reserva R\$ 13,7 bi para Minha Casa, Minha Vida em 2024, alta de 41%



O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reservou R\$ 13,7 bilhões na proposta de Orçamento de 2024 para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, uma das vitrines sociais da gestão petista.

O valor representa uma alta de 41,1% em relação à dotação atual de R\$ 9,7 bilhões para 2023.

A ampliação da verba do programa foi recebida pelo setor da construção como uma sinalização do governo com a manutenção das obras já em andamento e das novas unidades a serem contratadas ainda neste ano.

Trata-se de uma realidade distinta da observada de 2017 a 2022, quando os recursos para a política habitacional minguaram, obrigando as

Acabar com parcelado sem juros pode afetar a economia como um todo, diz relator

Em meio ao impasse entre bancos e empresas de maquininhas na discussão sobre juros do rotativo, o deputado Alencar Santana (PT-SP) é taxativo: alterações no parcelamento de compras sem juros não estão em discussão.

Um dos vice-líderes do governo, o petista é relator do PL que trata do Desenrola Brasil, do programa de renegociação de dívidas, e do rotativo do cartão de crédito.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, o congressista explicou três mudanças feitas no texto, visando eliminar quaisquer dúvidas quanto ao conteúdo da matéria.

O relatório tem como

base o prazo de 90 dias para que as próprias instituições do sistema financeiro definam um patamar de juros para o rotativo e para o crédito parcelado.

A proposta precisará ser homologada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Se o processo por autorregulação não funcionar, será aplicável um teto que limita a dívida ao dobro do montante original.

Conforme texto de Santana, essa decisão de mercado caberá não apenas aos bancos emissores de cartões de crédito, mas também a fintechs e varejistas, que são emissores de cartões pré-pagos.

Nathalia Garcia e Victória Azevedo/Folhapress



construtoras a paralisar empreendimentos. A restrição de verbas gerou constantes reclamações do setor pela falta de previsibilidade.

Do total de recursos previstos para o ano que vem, R\$ 10,8 bilhões vão para o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), que banca os recursos da faixa 1.

O segmento é focado no atendimento a famílias com renda de até R\$ 2.640 em áreas urbanas e conta com a maior proporção de subsídios do governo federal.

O valor reservado para o FAR em 2024 é 39,5% maior do que o previsto para 2023 (R\$ 7,8 bilhões).

Os demais recursos vão bancar subsídios para a faixa 1 nas modalidades focadas em áreas rurais, pequenas cidades (até 80 mil habitantes)

ou entidades privadas sem fins lucrativos.

Procurado, o Ministério das Cidades afirmou que as metas específicas de contratação para 2024 ainda estão em “fase final de definição”.

Na mensagem presidencial que acompanha a proposta de Orçamento, porém, o governo fala na contratação de 50 mil novas unidades habitacionais para a faixa 1 no exercício do próximo ano.

O governo já tinha uma estimativa de desacelerar o ritmo de novas contratações no ano que vem, como mostrou a Folha de S.Paulo.

Até agora, o Ministério das Cidades já autorizou a volta das obras de 17.113 unidades habitacionais e a entrega de outras 10.122 já concluídas.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Política

Dino usa parecer de Bolsonaro para manter sigilo de relatórios de inteligência



O Ministério da Justiça do governo Lula usou um parecer da gestão Jair Bolsonaro (PL) para manter sob sigilo relatórios de inteligência produzidos ao longo das manifestações iniciadas em junho de 2013, durante a Presidência de Dilma Rousseff (PT).

O parecer utilizado pela pasta de Flávio Dino (PSB) para impedir o acesso aos documentos já havia sido revogado pela CGU (Controladoria Geral da União) no início do ano, quando reviu os sigilos impostos na gestão Bolsonaro.

O órgão de controle determinou na última sexta-feira (1º) que o ministério disponibilize os documentos em até um mês.

O posicionamento foi dado no pedido feito pela Fo-

lha de S.Paulo, com base na Lei de Acesso à Informação, de divulgação de relatórios sobre “tensões sociais” produzidos no período das manifestações ao longo de 2013.

O sigilo imposto aos documentos (grau reservado) expirou em 2018, mas Dino negou acesso a eles sob argumento de que não há prazo para publicidade dos papéis por se tratar de atividades de inteligência.

Ao rejeitar a liberação dos documentos pedidos, ele usou como base a lei que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Em um de seus artigos, a legislação afirma ser responsabilidade dos seus integrantes a “salvaguarda da informação contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados”, sem indicar nenhum prazo para o fim do sigilo dos

documentos produzidos.

Em recurso apresentado em maio, a Folha de S.Paulo apontou para a possibilidade de sigilo eterno dos papéis de inteligência, fonte importante para analisar a atuação das forças policiais em períodos históricos, como a própria ditadura militar.

O coordenador-geral de inteligência do ministério, Carlos Sobral, concordou na ocasião com “a legitimidade e a relevância do questionamento” e encaminhou solicitação à consultoria jurídica da pasta da Justiça para avaliação.

À CGU o Ministério da Justiça afirmou que a consulta não foi concluída porque Dino se manifestou de forma contrária à publicidade dos documentos. Italo Nogueira/Folhapress

Lira diz que sigilo de votos do STF, como propôs Lula, ofuscaria princípio da transparência

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira (5) que um modelo pelo qual existisse sigilo sobre os votos de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), conforme propôs o presidente Lula (PT), ofuscaria o princípio de transparência da corte.

Lira evitou criticar diretamente Lula, que defendeu essa proposta nesta terça, durante transmissão ao vivo na internet.

“Difícil avaliar posição de outras pessoas, sem você ter conversado com elas sobre. Sim, o que nós estamos vendo é um posicionamento firme de muitos juristas, in-

clusive, e ex-ministros muito contra”, afirmou o deputado.

“Você já tem uma Suprema Corte com muita visibilidade, agora você vai ter com muita visibilidade sem saber o que estão votando. O princípio da transparência que é tão exigido no televisoramento das decisões vai ficar ofuscado. Mas longe de mim saber quais são os motivos que foram tratados para dar uma declaração como essa”, completou.

Ao defender o sigilo sobre votos de ministros do Supremo, Lula justificou que a insatisfação da população com determinadas decisões podem afetar a segurança dos magistrados da Suprema Corte. Renato M. e Victoria A./Folhapress



Ministro da AGU de Lula cria força-tarefa para reparar danos da Lava Jato a petista



A AGU (Advocacia-Geral da União), órgão que faz a representação jurídica do governo, anunciou nesta quarta-feira (6) que irá criar uma força-tarefa para apurar eventuais desvios de agentes públicos por decisões contra o presidente Lula na Operação Lava Jato.

De acordo com o órgão, a medida foi tomada depois de o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli determinar que as provas oriundas dos sistemas da Odebrecht são imprestáveis, em uma decisão com acenos a Lula, com quem se desgastou nos últimos anos.

De acordo com a AGU a força-tarefa irá, além de apurar desvios, “promover a

reparação de danos causados por decisões proferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba-PR, contra Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente da República, bem como por membros do Ministério Público Federal no âmbito da chamada ‘Operação Lava Jato’”.

Em nota divulgada no site do órgão, o advogado-geral da União, Jorge Messias, diz que “uma vez reconhecido os danos causados, os desvios funcionais serão apurados, tudo nos exatos termos do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal”.

Messias é um dos cotados para ser ministro do STF com a aposentadoria da atual presidente da corte, Rosa Weber.

Na decisão desta quarta-feira, Toffoli determinou que se conceda o acesso integral do material apreendido na Operação Spoofing, que investigou e prendeu os responsáveis pela invasão hacker a aparelhos de agentes públicos, a todos os investigados e réus processados com base em elementos da Lava Jato.

Toffoli também decidiu que a 13ª Vara Federal de Curitiba apresente em até 10 dias o conteúdo integral de todos os documentos e anexos relacionados ao acordo de leniência da Odebrecht, inclusive os recebidos no exterior, sob pena de incidência no crime de desobediência. José Marques/Folhapress

Alertas de desmatamento na Amazônia caem 66% em agosto



Taxa de desmatamento para o mês é a 3ª menor da série histórica do Inpe: 563 km². Novo sistema de medições começou em 2015.

O acumulado de alertas de desmatamento durante agosto de 2023 na Amazônia Legal chegou a 563 km², a terceira menor marca até então para o período na série histórica do Deter, que começou em 2015.

Quando comparado com o mesmo período do ano passado, o índice também representa uma queda de 66%. Os números são do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e foram divulgados na tarde

desta terça-feira (05) pelo Ministério do Meio Ambiente.

Mais cedo, dados preliminares do Inpe apontavam para uma redução de 71% no mês.

A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, e engloba a área de 8 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão.

Os alertas são feitos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter).

Ele produz sinais diários de alteração na cobertura flo-

restal para áreas maiores que 3 hectares (0,03 km²) – tanto para áreas totalmente desmatadas como para aquelas em processo de degradação florestal (por exploração de madeira, mineração, queimadas e outras).

Com os 563 km² (uma área aproximadamente do tamanho da cidade de São Luís), a taxa deste ano só ficou acima das marcas de 2017 e 2018, quando o índice chegou a 278 km² e 526 km², respectivamente. (Veja gráfico acima, que considera o ano civil, já que as medições do Inpe começaram em agosto de 2015).

GI

Temperatura média anual em terras indígenas pode ser até 5 °C menor do que no entorno, diz instituto

A temperatura média anual dentro de terra indígena protegida por lei é cerca de 5 °C menor do que a registrada nas áreas ao redor. A informação é de uma nota técnica divulgada nesta terça-feira (5), Dia da Amazônia, feita pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em parceria com o Centro de Pesquisa em Clima Woodwell.

O estudo analisou a temperatura média na Amazônia Legal e dentro das terras indígenas demarcadas. Conforme os dados apontam, um exemplo visível é o Território Indígena do Xingu. Segundo o levantamento, a temperatura dentro dos limites da terra in-

dígena é 5 °C menor do que a registrada ao redor na região.

Ainda segundo o levantamento, o efeito é semelhante em toda a Amazônia Legal. A temperatura dentro das terras indígenas é 2 °C menor (com média anual de 29 °C) do que a registrada nas áreas que não são protegidas e possuem a média anual de 31 °C.

Segundo os responsáveis pela nota, a diferença está na “evapotranspiração, um serviço ecossistêmico prestado pela vegetação nativa que funciona como uma ‘chuva às avessas’”. Segundo a análise, a evapotranspiração é quase três vezes maior no Território Indígena do Xingu em comparação com as áreas desmatadas.

CNN Brasil



Tesouro lança “títulos verdes” no exterior para financiar proteção ambiental no país



O Tesouro Nacional lançou nesta terça-feira (5), o Arcabouço Brasileiro Para Títulos Soberanos Sustentáveis. O documento traça diretrizes para a emissão de títulos de dívida verde no exterior. A ideia é contribuir diretamente para a promoção do desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente no país.

Conforme antecipou a CNN, a ideia do Ministério da Fazenda é captar por volta de US\$ 2 bilhões, até o fim do ano, em papéis da dívida brasileira com essas características.

Os títulos serão lançados entre os dias 11 e 15 de setembro em grandes praças do mercado financeiro internacional, como Nova York e Londres.

O documento, dividido em sete seções, lista normas e

categorias de atividades associadas a benefícios ambientais e sociais.

Dentre as iniciativas com a etiqueta verde, o Tesouro destacou a preservação ambiental dos biomas nativos, inclusive com o controle do desmatamento da Amazônia e Cerrado, o fomento ao Fundo Clima, a produção de energia renovável, a eficiência energética e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Em entrevista à CNN, o assessor especial do ministério Rafael Dubeux disse que os recursos levantados devem ir majoritariamente para o Fundo Clima.

“Com as captações dos títulos sustentáveis, o fundo pode chegar a R\$ 10 bilhões já em 2024”, disse Dubeux.

O Tesouro ainda destacou que o documento trará as “obrigações” que o Brasil deve cumprir “como emis-

sor ou tomador de qualquer título soberano sustentável”. O país ainda se compromete com “a transparência na definição e seleção das despesas a serem financiadas e na alocação dos recursos captados com os títulos sustentáveis”, bem como divulgar indicadores com mensuração dos impactos ambientais dessas despesas.

“Além do potencial de diversificar a base de investidores da dívida pública, o lançamento do arcabouço representa também o primeiro passo para a criação de uma referência no mercado externo para o setor privado brasileiro, estimulando novas emissões no setor corporativo com efeitos sobre toda a agenda de sustentabilidade no Brasil e no mundo”, diz o Tesouro em nota.

CNN Brasil



SCB Mogi Terras S/A.					
CNPJ/MF nº 44.928.210/0001-10					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)					
Balancos Patrimoniais		Demonstrações de Resultados			
Ativo	2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	204.935	17.952	Receita de serviços	314.838	-
Contas a receber de clientes cp	54.461	-	Lucro bruto	314.838	-
Impostos a recuperar cp	327	-	Despesa de serviços	(11.455)	-
Imposto de renda e contribuição social	4.376	-	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.364)	-
Total ativo circulante	264.099	17.952	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	301.019	-
Total realizável a longo prazo	-	-	Receitas financeiras	1.673	106
Propriedades para investimento	3.982.080	3.982.080	Despesas financeiras	(1.636)	(74)
Total ativo não circulante	3.982.080	3.982.080	Despesas financeiras líquidas	37	32
Total do ativo	4.246.179	4.000.032	Resultado antes dos impostos	301.056	32
Passivo	2023	2022	Imposto de renda e contribuição social correntes	(62.466)	-
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	995	-	Lucro líquido do exercício	238.590	32
Imposto de renda e contribuição social Passivo	6.562	-			
Total passivo circulante	7.557	-			
Total passivo não circulante	-	-			
Patrimônio líquido	4.238.622	4.000.032			
Capital social	4.000.000	4.000.000			
Lucros Acumulados	238.622	32			
Total do passivo e patrimônio líquido	4.246.179	4.000.032			
Demonstrações de Resultados Abrangentes					
Lucro líquido do exercício	238.590	32			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-			
Resultado abrangente total	238.590	32			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total			
Saldos em 31 de março de 2021	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	32			
Constituição de Capital	4.000.000	- 4.000.000			
Saldos em 31 de março de 2022	4.000.000	32			
Lucro líquido do exercício	-	238.590			
Saldos em 31 de março de 2023	4.000.000	238.622			
José de Paulo Fabretti – Diretor Stella Pereira Lima – Diretora					
José Mário Façanha Júnior – Contador CRC CE.020.824/O-8					

Qualybem Food & Service S.A.	
CNPJ/MF nº 09.239.320/0001-73 – NIRE 35.300.506.961	
Declaração de Extravio de Livro Societário	
Qualybem Food & Service S.A., com sede na Rua Amador Bueno, nº 1090, nº 1090, Osasco/SP, vem informar à praça, ao mercado em geral, a quem possa interessar e para todos os fins de direito, o extravio dos seguintes livros societários da Companhia, registrados na JUCESP: (I) Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas sob nº de ordem 01 registrado na JUCESP sob nº 303782 em 05/01/2018 e (II) Livro de Registro de Ações Nominativas sob nº de ordem 01, registrado JUCESP sob nº 303783 em 05/01/2018, cujo extravio foi constatado em 23/12/2021. Ricardo Barnabé, Luciano Erasmo Moreira.	

Cidade do Sol Alimentos S.A.	
CNPJ/MF nº 60.832.409/0001-04 – NIRE 35.300.123.697	
Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas	
Data, Hora e Local: 01/07/2023, às 10:00 horas, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, sala 83 A, Condomínio Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, sede da Companhia. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência da presença dos acionistas detentores da totalidade das ações votantes que compõem o capital social da Companhia. Mesa: Presidente: Thiago Zorzetto Bataglia e Secretário: Bruno Rocha Torati . Ordem do Dia: A presente Assembleia se reuniu para examinar, discutir e deliberar as seguintes matérias: (i) Análise e aprovação do Protocolo e Justificação da Incorporação da Companhia pela Omamori Indústria de Alimentos Ltda. , inscrita no CNPJ sob nº 05.205.107/0002-70, e NIRE 35.217.557.120, com sede na Rodovia Miguel Melhado Campos, s/nº, Km 79, Bloco A, Distrito Industrial Benedito Storani, Vinhedo/SP ("Incorporadora"), celebrado em 01/07/2023 ("Protocolo"); (ii) Autorizar os membros da diretoria a praticar todos os atos necessários à efetivação da incorporação. Deliberações: As deliberações foram aprovadas por unanimidade: (i) Aprovado o Protocolo, anexo à presente ata como "Anexo I"; (ii) Autorizado aos diretores da Companhia a prática de todos os atos necessários à efetivação da incorporação e da consequente extinção da Companhia. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado foi lavrada a presente ata. Thiago Zorzetto Bataglia – Presidente; Bruno Rocha Torati – Secretário. Hormel Foods Brazil Participações Ltda. Acionista Por: Thiago Zorzetto Bataglia . Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 327.143/23-0 em 14/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.	

DTG Holding e Empreendimentos Ltda.	
CNPJ/MF nº 09.288.043/0001-99 – NIRE 35.221.850.171	
Redução de Capital	
Em cumprimento ao artigo 1.084, § 1º do Código Civil, a DTG Holding e Empreendimentos Ltda., localizada na Alameda Rio Negro, nº 1.033 – Loja 23, Alphaville Industrial, Barueri/SP, torna público que reduzirá seu capital social em R\$ 70.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, com restituição dos valores aos sócios, aguardando o período regulamentar de 90 dias, a partir desta data, para pronunciamento de eventuais credores quirografários contrários ao ato da Administração.	

Omamori Indústria de Alimentos Ltda.	
CNPJ/MF nº 05.205.107/0002-70 – NIRE 35.217.557.120	
24º Instrumento Particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social	
Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes: I. Cidade do Sol Alimentos S.A. , CNPJ nº 60.832.409/0001-04, NIRE 35.300.123.697, neste ato representada por Thiago Zorzetto Bataglia , RG nº 28.345.525-11 SSP-SP e CPF nº 284.199.688-38, ("Thiago"); e II. Hormel Foods Brazil Participações Ltda. , CNPJ nº 27.036.372/0001-24, NIRE 35.230.355.837, neste ato representada por seu diretor Thiago , já devidamente qualificado acima. Únicos sócios desta Sociedade, com sede na Rodovia Miguel Melhado Campos, nº s/n, Km 79, Bloco A, Distrito Industrial Benedito Storani, Vinhedo/SP, ("Sociedade"), têm, entre si, justo e contratado, as seguintes alterações no contrato social: 1. Incorporação, Protocolo, Justificação e Laudo de Avaliação: 1.1. Os sócios aprovaram, o Protocolo e Justificação de Incorporação datado de 01/07/2023, apresentado pelos administradores da Sociedade ("Protocolo"), firmado pela Sociedade, na qualidade de incorporadora, e, na qualidade de incorporada, pela Cidade do Sol Alimentos S.A. 1.2. Os sócios, (i) ratificam a aprovação do Protocolo; (ii) ratificam a nomeação da empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, indicada no Protocolo; e (iii) aprovam o laudo de avaliação, que avaliou os valores do patrimônio líquido total a ser incorporado pela Sociedade em R\$ 138.965.196,62. 1.3. Os sócios aprovam, a incorporação da Cidade do Sol pela Sociedade, com a consequente extinção, de pleno direito, da Incorporada, passando a Sociedade a assumir integralmente os bens, direitos, deveres e obrigações da Incorporada, mensurados pelos balanços patrimoniais utilizados como base para o laudo de avaliação da Incorporada, nos termos do Protocolo ("Incorporação"). 1.4. As variações patrimoniais posteriores e eventualmente ocorridas na Incorporada, serão absorvidas pela Sociedade, que as escriturará em seus registros contábeis. 2. Adequação de Cláusulas: 2.1. Em razão da incorporação mencionada acima, a Sociedade converte-se neste ato em Sociedade Limitada Unipessoal. 2.2. Decidiu-se pela exclusão dos Capítulos VI ("Cessão e Transferência de Quotas"); VIII ("Resolução e Exclusão de Sócio"); e IX ("Cálculo e Pagamento de Haveres"), acarretando a renúncia dos capítulos subsequentes, conforme redação consolidada. 2.3. A sócia Hormel Foods Brazil Participações Ltda. , portanto, passará a ser denominada "sócia única". 3. Capital Social: 3.1. O capital social da Sociedade, não será aumentado em decorrência da Incorporação, sendo mantido no valor de R\$ 211.595.942,00 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 211.595.942 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de titularidade da sócia única, sendo o quadro social e a cláusula do capital social da Sociedade ajustados da seguinte maneira: "Cláusula 6º: O capital da Sociedade é de R\$ 211.595.942,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 211.595.942 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de titularidade da sócia única, Hormel Foods Brazil Participações Ltda. § 1º. De acordo com o artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas. § 2º. Cada quota dá à sócia o direito a um voto nas reuniões de sócios. 4. Consolidação do Contrato Social: 4.1. A sócia única informa que todas as demais cláusulas do Contrato Social, que não foram objeto de alteração no presente instrumento, permanecem inalteradas quanto a seu conteúdo e redação. As partes assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma. Vinhedo/SP, 01/07/2023. Cidade do Sol Alimentos S.A. Sócia Retirante, Por: Thiago Zorzetto Bataglia ; Hormel Foods Brazil Participações Ltda. Sócia Remanescente, Por: Thiago Zorzetto Bataglia . Junta Comercial do Estado de São Paulo. Registrado sob o nº 327.142/23-6 em 14/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.	

Omamori Indústria de Alimentos Ltda.	
CNPJ/MF nº 05.205.107/0002-70 – NIRE 35.217.557.120	
Deliberação de Quotistas	
Em 01/07/2023, os sócios abaixo assinados, detentores da totalidade das quotas representativas do capital social desta sociedade, com sede na Rodovia Miguel Melhado Campos, s/nº, Km 79, Bloco A, Distrito Industrial Benedito Storani, Vinhedo/SP ("Sociedade"), decidiram, por unanimidade, o quanto segue ("Deliberação"): (i) Aprovar o "Protocolo e Justificação da Incorporação" da Cidade do Sol Alimentos S.A. , sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 60.832.409/0001-04 e NIRE 35.300.123.697, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, sala 83 A, Condomínio Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP ("Incorporadora"); celebrado em 01/07/2023 ("Protocolo"); (ii) Ratificar a nomeação da empresa Planners Auditores Independentes , sociedade simples, inscrita no CNPJ sob nº 58.799.685/0001-68, com seus atos societários registrados no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da cidade de São Paulo/SP, e no código CVM nº 11398, com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 2.393, Conjunto 52, 5º andar, Jardim Paulista, São Paulo/SP, para a realização de avaliação da Incorporada com base no valor contábil da sociedade; e (iii) Autorizar os administradores da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação da incorporação. Por fim, assinam a presente Deliberação todos os sócios da Sociedade, manifestando sua expressa concordância com o seu conteúdo. Hormel Foods Brazil Participações Ltda. Sócia Por: Thiago Zorzetto Bataglia ; Cidade do Sol Alimentos S.A. Sócia Por: Thiago Zorzetto Bataglia . JUCESP – Registrado sob o nº 327.144/23-3 em 14/08/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.	

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Legacy S.A.

(em constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data/hora/local:	
06/06/2023, 10hs na sede social. Presença: Representando 100% do Capital Social votante. Mesa: Presidente, Sr. Daniel Giocondo Rodrigues ; Diretor, Rodrigo Eidelwein Fetter . Convocação: Dispensada. Deliberações aprovadas: 1) O Estatuto Social da Legacy S.A. 2) A subscrição do Capital Social da sociedade, nos seguintes termos: Ações subscritas: 6.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Percentual de integralização das Ações: 100%. 3) Eleição dos Membros da Diretoria para o período de 03 anos, para compor a primeira diretoria como os Srs. Daniel Giocondo Rodrigues e Rodrigo Eidelwein Fetter . E acordam a eleição em assembleia posterior a eleição do Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e, igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. 4 (i.1) Será aprovada em assembleia geral a remuneração global anual da diretoria. 4 (i.2) Os membros da Diretoria ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse. 5) Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais – Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da sociedade, serão realizadas no "DOESP", e em periódico da cidade. 6) Aprovação do endereço da sede social e objeto social. 7) O capital social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 6.000,00, representado por 6.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de 1,00 cada uma. 8) Aprovada a redação do Estatuto Social onde sua cópia encontra-se na sede da Companhia. Nada mais. JUCESP/NIRE nº 3530061961-7 em 19/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.	

BDP South America Ltda.

CNPJ/ME nº 03.706.460/0001-28 – NIRE 35.216.187.159

Instrumento Particular de 35ª Alteração e Consolidação de Contrato Social

Sócios		Quotas		Valor (R\$)	
BDP International Inc.		45.970.416		45.970.416,00	
BDP Global Services, BV		1		1,00	
Total		45.970.417		45.970.417,00*	

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade juntamente com as duas testemunhas abaixo para todos os fins efeitos de direito. São Caetano do Sul, 04 de setembro de 2023. **BDP International, INC.** pp. José Antônio Schiavoni Guarneri; **BDP Global Services, BV** pp. José Antônio Schiavoni Guarneri.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia)	- 0,4473
Dólar (EUA)	- 4,9762
Franco (Suíça)	- 5,5768
Iene (Japão)	- 0,03371
Libra (Inglaterra)	- 6,2207
Peso (Argentina)	- 0,01422
Peso (Chile)	- 0,005693
Peso (México)	- 0,2836
Peso (Uruguai)	- 0,1314
Yuan (China)	- 0,6802
Rublo (Rússia)	- 0,05109
Euro (Unidade Monetária Europeia)	- 5,332

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

JBS (JBSS3) anuncia captação de US\$ 2,5 bilhões em bonds



A JBS (JBSS3) levantou nesta terça-feira (5) US\$ 2,5 bilhões por meio de emissão de notas sêniores de suas subsidiárias JBS USA Lux S.A, JBS USA Food Company e JBS Luxembourg SARL.

As notas com vencimento em 2034 foram precificadas no valor de US\$ 1,6 bilhão, com yield de 6,768% ao ano e cupom de 6,750% ao ano e US\$ 900 milhões, com yield de 7,287% ao ano e cupom de 7,250% ao ano para as notas sêniores com vencimento em 2053, totalizando US\$ 2,5 bilhões.

Segundo a JBS, a oferta das notas de cada série está programada para ser conclu-

ída em 19 de setembro de 2023, sujeita às condições habituais de fechamento. Além disso, os recursos decorrentes da oferta das notas serão utilizados para pagamento de certas dívidas de curto prazo e outros propósitos corporativos.

JBS (JBSS3) propõe que donos de ADRs possam votar sobre dupla listagem

A JBS informou na última segunda-feira (4), atendendo a pedidos feitos por investidores detentores de American Depositary Receipts (ADRs) da companhia, que propôs uma alteração na estrutura da dupla listagem (no Brasil e nos Estados Unidos) para viabilizar a esses investidores o exercício do direito de voto

na assembleia geral extraordinária (AGE) que deliberará sobre a transação.

Em julho, a JBS anunciou seus planos de listas suas ações na Bolsa de Nova York. Com isso, as ações da companhia seriam duplamente listadas, na B3 (B3SA3) e na NYSE.

“A companhia segue trabalhando na preparação da documentação necessária para a convocação da AGE, que será oportunamente divulgada e incluirá informações sobre a presença e exercício do direito de voto pelos acionistas da Companhia e pelos detentores de ADRs”, destacou a empresa. Sumo

Governo de SP lança guia sobre desestatização da Sabesp

A Sabesp informou que o Governo do Estado de São Paulo lançou um guia informativo sobre a desestatização da companhia, que aborda o modelo de desestatização (follow-on) e as perspectivas de ampliação de investimentos em saneamento no Estado, de redução de tarifas e de crescimento da companhia.

O plano atual da Sabesp prevê, inicialmente, aportes de R\$ 56 bilhões nos municípios atendidos até 2033.

Com a desestatização,

o governo menciona que os investimentos da companhia serão ampliados para R\$ 66 bilhões, antecipando a universalização até 2029.

Segundo o guia, “parte dos recursos da desestatização será utilizada para reduzir a tarifa em um primeiro momento, sem prejudicar o caixa da empresa nem os demais acionistas”.

Além disso, está sendo estruturado um marco regulatório que dê previsibilidade à tarifa e estimule ganhos de eficiência na gestão da empresa. Isto é Dinheiro



Vale informa que barragem na mina Brucutu, em MG, saiu da situação de emergência



A barragem PDE3, localizada na mina Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), obteve a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) positiva, atestando a segurança da estrutura, e teve seu nível de emergência retirado na terça-feira, 5, segundo informou a Vale em nota.

A PDE3 passou por obras de reforço, o que confirmou as condições de segurança e estabilidade, viabilizando a retirada de nível de emergência e a obtenção da DCE. A estrutura contém em torno de 70 mil metros cúbicos de sedimentos e foi construída pelo método de etapa única.

Desde o início do ano, três barragens da Vale deixaram o nível de emergência. No ano passado, outras oito estruturas da mineradora ti-

veram o nível de emergência encerrado.

A companhia ainda tem 20 barragens com algum nível de emergência. Dentre essas, todas as que recebiam rejeitos estão inativas e 11 estão em processo de descaracterização. “Essas barragens são monitoradas permanentemente e recebem ações contínuas para aprimorar a segurança”, informa a mineradora.

“A melhora nas condições de segurança das estruturas da Vale reflete o esforço que a empresa vem fazendo, implementando medidas como o novo sistema de gestão das estruturas de disposição de rejeitos da empresa”, afirmou a mineradora.

O novo sistema de gestão, apontou a Vale, é “direcionado pelos aprendizados com o rompimento da barragem em

Brumadinho e pelas melhores práticas internacionais, como as definidas no Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos (GISTM, em inglês).”

As ações foram devidamente comunicadas aos órgãos competentes, conforme as diretrizes do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) das estruturas e a legislação, informou a mineradora.

O rol de órgãos inclui Agência Nacional de Mineração (ANM), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Defesa Civil Estadual e Municipal. Isto é Dinheiro